



Concurso Público da Câmara Legislativa do Município de Guarapuava - PR

Contador - Guarapuava

[↩ voltar](#)

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

A distância

-

Li que implantaram um troço no cérebro de um macaco e ele conseguiu mexer outro troço com o pensamento. Um eletrodo acionado por neurônios, ou coisa parecida, permitiu ao macaco deslocar um objeto a alguns metros de distância só com a sua vontade. De certa maneira, isso é o fim de um ciclo que começou na primeira vez em que um hominídeo pensou na possibilidade de afetar algo distante dele sem sair do lugar. Pode-se resumir o desenvolvimento da humanidade e da sua ciência no cumprimento dessa vontade de não precisar ir lá. A penúltima fase do processo foi o controle remoto. A última, lógica, fase será a da telepatia. Hoje o macaco, amanhã nós todos.

Sempre defendi a tese de que foi a preguiça que trouxe a civilização. O que foi a invenção da roda senão o prenúncio da charrete e um triunfo do comodismo? Fomos a primeira espécie a criar um modo de não ir, mas ser levada. A razão do hominídeo para deflagrar o processo que resultou no controle remoto foi prática, a de atingir uma presa sem se arriscar a ser mordido, ou almoçar sem ser almoçado. O primeiro lance do longo processo que terminou com o implante no cérebro foi a pedra arremessada. Depois vieram a lança, o estilingue, o arco e a flecha, a catapulta, as armas de fogo, o foguete intercontinental, o drone — todos os engenhos para evitar chegar perto.

[*] distância sempre foi um inimigo natural do Homem, ou pelo menos do Homem Preguiçoso. Vencê-la foi o nosso grande desafio intelectual, e agora se abre a possibilidade de subjugar-la só com o intelecto, desprezando os instrumentos que, da pedra [*] internet, nos ajudaram até aqui. Estamos simbolicamente de volta [*] savana primeva, pensando em como empurrar aquele mamute para dentro do fosso sem precisar ir lá, mas agora o pensamento basta. A vontade se realizará sozinha, sem as mãos, sem mais nada. A preguiça cumpriu sua missão histórica.

Agora, só precisamos encontrar um jeito de pedir ao macaco que mexa alguma coisa por nós.

Questão 1

Considerando as regras do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa que substitui CORRETAMENTE os sinais [*] do texto, na ordem em que aparecem.

A) A - à - à.

B) A - a - à.

C) À - a - a.

GABARITO PRELIMINAR

D) A - à - a.

Questão 2

Releia o trecho do texto:

"Pode-se resumir o desenvolvimento da humanidade e da sua ciência no cumprimento dessa vontade de não precisar ir lá."

No trecho, a palavra destacada "se" atua como:

A) conjunção integrante.

B) índice de indeterminação do sujeito.

GABARITO PRELIMINAR

C) partícula apassivadora.

D) pronome reflexivo.

Questão 3

"Li que implantaram um troço no cérebro de um macaco..."

O trecho sublinhado classifica-se como oração subordinada:

A) substantiva objetiva direta.

GABARITO PRELIMINAR

B) substantiva subjetiva.

C) adverbial condicional.

D) adjetiva restritiva.



Questão 4

O termo "deflagrar", destacado no texto, pode ser substituído, sem prejuízo ao sentido do texto, por:

A) desencadear.

GABARITO PRELIMINAR

B) suspender.

C) interromper.

D) perceber.

Matemática

Questão 5

A média aritmética das notas de uma turma de candidatos a um concurso que é composta por 50 mulheres e 10 homens é igual a 7. Se a média aritmética das notas dos homens é igual a 6, qual será a média aritmética das notas das mulheres?

A) 7,4.

B) 7,8.

C) 6,5.

D) 7,2.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 6

De um ano para o outro, uma empresa sempre faz uma análise do seu desempenho financeiro, sendo a base o do ano anterior. O desempenho é classificado da seguinte maneira:

- I. Se o crescimento for menor que 1% é tido como REGULAR.
- II. Se o crescimento for maior que 1% e menor que 5% é tido como BOM.
- III. Se o crescimento for maior que 5% e menor que 10% é tido como ÓTIMO.
- IV. Se o crescimento for maior que 10% é tido como EXCELENTE.

Sabe-se que nesta empresa, no ano de 2018, o lucro apresentado foi de R\$ 232000,00 e no ano de 2019 o lucro foi de R\$ 247000,00. Considerando as informações descritas, o desempenho financeiro dessa empresa no ano de 2019 é classificado como:

- A) BOM.
- B) REGULAR.

C) ÓTIMO.

GABARITO PRELIMINAR



D) EXCELENTE.

Questão 7

Em uma lanchonete, foram registrados os seguintes consumos e, conseqüentemente, o valor a ser pago sobre as despesas em algumas mesas.

Mesa A: 4 sucos e 5 sanduíches; Custo R\$ 25,00.

Mesa B: 2 sucos e 3 sanduíches; Custo R\$ 14,00.

Mesa C: 1 suco e 1 sanduíche.

No momento da impressão da via do consumo e das despesas do cliente da mesa C, houve um erro no sistema, e na impressão, constou apenas o consumo e não constou o valor a ser pago. Sabendo que nesta lanchonete os sucos têm um preço único, e os sanduíches também, qual será o valor a ser pago pelo consumo da mesa C?

- A) R\$ 6,00.
- B) R\$ 6,40.

C) R\$ 5,50.

GABARITO PRELIMINAR

D) R\$ 3,00.

Questão 8

Uma moto no valor de R\$ 20000,00 está em negociação para ser vendida para um cliente, e em uma das negociações o vendedor deu 15% de desconto. Após consultar seu gerente, o vendedor foi alertado que não poderia ter dado um desconto tão grande e que teria que voltar ao valor original da moto. Sendo assim, qual a porcentagem, aproximadamente, que o vendedor deverá incluir sobre o valor com desconto para a moto voltar ao valor inicial?

A) 19,7%.

B) 13,2%.

C) 17,6%.

GABARITO PRELIMINAR

D) 15%.

Legislação**Questão 9**

A Lei nº 8.429, de 1992 traz a seguinte ementa: "Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências". A respeito do seu conteúdo, analise os itens a seguir.

I. Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.

II. O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

III. Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, computar-se retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão monocrática e o prazo da interposição de recurso ordinário.

IV. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, apenas em caráter incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

A) I e II, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

B) I, II e III, apenas.

C) II, III e IV, apenas.

D) II e III, apenas.

Questão 10

A Lei nº 12.527/2011 tem a seguinte ementa: "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências." Sobre o seu teor, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

() Para os efeitos desta Lei, considera-se primariedade: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição,

arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

A) F, F, V, F.

B) V, F, V, V.

C) F, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) V, V, F, F.

Questão 11

À luz da Lei nº 13.709/2018, "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)", analise os itens a seguir.

I. Para os fins desta Lei, considera-se operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

II. Para os fins desta Lei, considera-se dado pessoal sensível: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.



III. O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

IV. A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.

Está CORRETO o que se afirma em:

A) II, III e IV, apenas.

B) I, II e III, apenas.

C) III e IV, apenas.

GABARITO PRELIMINAR

D) II e III, apenas.

Questão 12

Sob a égide da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca.

Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o operador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.

Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.

A) F, F, V, V.

B) V, V, F, V.

GABARITO PRELIMINAR

C) V, F, V, F.

D) F, V, F, V.

Informática

Questão 13

No Windows 10, o Gerenciador de Arquivos (Explorador de Arquivos) permite aos usuários realizar diversas tarefas de organização de arquivos e pastas. Assim, assinale a alternativa cuja combinação de teclas permite renomear rapidamente um arquivo ou pasta selecionada.

A) Shift + Delete

B) Alt + F4

C) F2

D) Ctrl + R



GABARITO PRELIMINAR

Questão 14

Em relação à segurança de dados e gerenciamento de e-mails, assinale a alternativa cuja prática é considerada mais eficaz para evitar ataques de phishing.

A) Desativar o firewall para melhorar a performance de conexão com a internet.

B) Habilitar autenticação de dois fatores (2FA) em contas de e-mail.

C) Utilizar senhas com o nome do usuário para facilitar o acesso.

D) Clicar em links desconhecidos apenas se o remetente for um contato conhecido.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 15

Sobre hardware de entrada e saída, assinale a alternativa cujo dispositivo é considerado, exclusivamente, um periférico de entrada.

A) Impressora.

B) Caixa de som.

C) Teclado.

GABARITO PRELIMINAR

D) Monitor.

Questão 16

No Word 2016, ao usar o recurso de mala direta para personalizar cartas, qual é o campo necessário para vincular os dados de uma tabela externa ao documento?

A) Campo de Fórmula.

B) Campo de Conexão.

C) Campo de Fusão.

D) Campo de Mesclagem.

GABARITO PRELIMINAR

Conhecimentos Específicos

Questão 17

A ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil - estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade. Segundo a norma, a retificação de determinado lançamento contábil se dará por meio do processo técnico de correção de registro realizado após a constatação de erro na escrituração contábil da entidade.



Acerca do processo de retificação do lançamento contábil, assinale a alternativa CORRETA.

A) Os lançamentos realizados fora da época devida devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do registro extemporâneo.

GABARITO PRELIMINAR

B) O lançamento de complementação consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente.

C) O lançamento de estorno é aquele que promove a regularização de conta indevidamente debitada ou creditada, por meio da transposição do registro para a conta adequada.

D) O lançamento de transferência é aquele que vem posteriormente complementar, aumentando ou reduzindo o valor anteriormente registrado.

Questão 18

Segundo a ITG 2000 (R1), o nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários. Nesse sentido, esta Interpretação não estabelece o nível de detalhe ou mesmo sugere um plano de contas a ser observado. O detalhamento dos registros contábeis é diretamente proporcional à complexidade das operações da entidade e dos requisitos de informação a ela aplicáveis e, exceto nos casos em que uma autoridade reguladora assim o requeira, não devem necessariamente observar um padrão pré-definido.

Considerando as disposições contidas na norma, assinale a alternativa INCORRETA.

A) As contas de compensação constituem sistema próprio para controle e registro dos fatos relevantes que resultam em assunção de direitos e obrigações da entidade cujos efeitos materializar-se-ão no futuro e

que possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade.

B) Quando o Livro Diário for gerado por processo que utilize fichas, deve ser adotado o registro Balancetes Diários e Balanços.

C) No Livro Razão devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.

GABARITO PRELIMINAR

D) Em caso de escrituração contábil em forma digital, não há necessidade de impressão e encadernação em forma de livro, porém o arquivo magnético autenticado pelo registro público competente deve ser mantido pela entidade.

Questão 19

De acordo com a NBC TSP 34 - Custos no Setor Público, o sistema de custos deve ser organizado de forma a propiciar o desenvolvimento de modelos de gerenciamento de custos fundamentados nas diretrizes da alta administração de cada entidade, que norteiem os aspectos conceituais e sistêmicos para o seu desenvolvimento e implantação. Diante desses fundamentos, o processo de geração da informação de custos deve ter foco nos processos de planejamento, tomada de decisão, monitoramento, avaliação de desempenho, transparência, prestação de contas e responsabilização.

Segundo a norma, o Sistema de Informação de Custos:

A) compreende as especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado.

B) compreende o conjunto de elementos estruturados que registra, processa e evidencia os custos de bens e serviços e demais objetos de custos.



GABARITO PRELIMINAR

C) compreende à forma como os custos são acumulados e atribuídos aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção.

D) compreende as demandas de caráter continuado e que são acumuladas ao longo do tempo, período a período.

Questão 20

A NBC TSP 34 (Custos no Setor Público) tem por objetivo estabelecer diretrizes e padrões a serem observados na implementação do sistema de custos no setor público tratando de critérios para geração da informação de custos, como instrumento de governança pública, e aponta para o importante papel do gestor na adoção efetiva de modelos de gerenciamento de custos.

Considerando as disposições expressas na norma, assinale a alternativa CORRETA.

A) Custo fixo é a aplicação de critérios uniformes relacionados a modelo de gerenciamento de custos e periodicidade, de forma contínua, comparável e consistente.

B) Direcionador de custo é a unidade, definida no modelo de gerenciamento de custos, que é responsável por conduzir atividades e disponibilizar bens ou serviços, cujos recursos e resultados podem ser distinguíveis de outros centros e seus gestores devem prestar contas à alta administração da entidade.

- C) Custos de suporte é o reconhecimento do consumo de recursos por determinado objeto de custo previamente definido.

D) Custo controlável representa a utilização de recursos na qual o gestor exerce influência sobre o consumo e o desempenho esperado na aplicação desses recursos.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 21

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei Federal nº. 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, o Princípio da Unidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

B) Previsto na Lei Federal nº. 4.320/1964, o Princípio da Periodicidade delimita o exercício financeiro orçamentário, ou seja, o período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

GABARITO PRELIMINAR



- C) Previsto no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, o Princípio da Transparência estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito especial e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- D) Previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei Federal nº. 4.320/1964, o Princípio do Orçamento Bruto determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

Questão 22

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TSP 07 estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas variações.

Considerando as disposições da referida norma, assinale a alternativa que corresponda a um exemplo de custo que NÃO faz parte do custo do ativo imobilizado.

- A) Benefícios a empregados decorrentes diretamente da construção do ativo imobilizado.
- B) Honorários profissionais.
- C) Testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas decorrentes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo nesse local e condição.

D)

Transferência das atividades para novo local, incluindo custos de treinamento.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 23**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Considerando as disposições contidas no MCASP acerca das características qualitativas da informação, assinale a alternativa CORRETA.

A) A Compreensibilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

B)

A Verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

GABARITO PRELIMINAR

C) A Comparabilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.

D) A Relevância significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Questão 24

Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extra orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

Considerando as disposições do MCASP sobre os ingressos extra orçamentários, assinale a alternativa CORRETA.

A) Depósitos em caução e Operações de Crédito são exemplos de ingressos extra orçamentários.

B) A devolução dos ingressos extra orçamentários se sujeita a autorização legislativa por integrar a Lei Orçamentária Anual (LOA).

C) Os ingressos extra orçamentários são entradas de recursos financeiros previstos no orçamento, sendo o Estado um mero agente depositário.

D)

Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, os ingressos extra orçamentários, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.

GABARITO PRELIMINAR**Questão 25**

Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de quatro anos. Conforme estabelecido no art. 3º da Portaria MOG nº 42/1999, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão, em atos próprios, suas estruturas de programas, códigos e identificação, respeitados os conceitos e determinações nela contidos. Ou seja, todos os entes devem ter seus trabalhos organizados por programas e ações, mas cada um estabelecerá seus próprios programas e ações de acordo com a referida Portaria.

Considerando as disposições do MCASP acerca da Classificação por Estrutura Programática da despesa, assinale a alternativa CORRETA.

A) Operação Especial são classificadas as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** Projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.
- C)** Ação é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de programas que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.
- D)** Programa é a operação da qual resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de uma Ação. Incluem-se também no conceito de Programa, as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e financiamentos.

Questão 26



O orçamento é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período. Para o setor público, é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro. A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Considerando as disposições do MCASP acerca da Classificação Funcional da despesa, assinale a alternativa CORRETA.

- A)** A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de Programas e Atividades prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.
- B)** A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em Programas e Atividades, buscando responder basicamente à indagação "em que área" de ação governamental a despesa será realizada.
- C)** A classificação funcional é representada por quatro dígitos. Os dois primeiros referem-se ao Programa, enquanto que os dois últimos dígitos representam a Atividade, que podem ser traduzidos como agregadores das diversas áreas de atuação do setor público, nas esferas legislativa, executiva e judiciária.

D) A classificação funcional é independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 27

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre Créditos Adicionais, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- O crédito suplementar incorpora-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar, enquanto que os créditos especiais e extraordinários conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.
- Na União, para os casos em que haja necessidade de autorização legislativa para os créditos adicionais, estes são considerados autorizados e abertos com a sanção e a publicação da respectiva lei.
- Consideram-se recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares, o superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício anterior.
- A Constituição Federal de 1988 veda que os recursos objeto de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária que ficarem sem destinação podem ser utilizados como fonte hábil para abertura de créditos especiais.
- A reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, não poderá ser utilizada como recurso disponível para abertura de créditos adicionais, visto que há execução direta da reserva.
- Os termos transposição, remanejamento e transferência não foram previstos na Lei nº 4.320/1964, visto que surgiram no texto constitucional de 1988 e não se confundem com o conceito de créditos adicionais.

A) F, V, F, F, V, F.

B) V, V, F, F, F, V.

C) F, F, V, V, F, V.

D) V, F, V, V, V, F.

Questão 28

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre Suprimento de Fundos, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- O suprimento de fundos são despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.
- O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas.
- O suprimento de fundos constitui despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido, é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.
- O suprimento de fundos representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, ocorre redução no patrimônio líquido.
- No empenho da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

GABARITO PRELIM



A) F, V, V, F, F.

GABARITO PRELIMINAR

B) V, V, V, V, V.

C) V, F, V, V, F.

D) V, F, V, V, V.

Questão 29

O objetivo da mensuração é selecionar bases que reflitam de modo mais adequado o custo dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade de forma que seja útil para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A NBC TSP – Estrutura Conceitual não propõe uma única base de mensuração (ou a combinação de bases de mensuração) para todas as transações, eventos e condições. Ao invés disso, apresenta bases de mensuração para ativos e passivos que fornecem informações sobre o custo de serviços prestados, a capacidade operacional e a capacidade financeira da entidade, além da extensão na qual fornecem informação que satisfaça as características qualitativas.

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre as bases de mensuração dos ativos, assinale a alternativa CORRETA.

A) Valor de Mercado é o valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa ou o valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento.

B) Custo de Reposição é o custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo (inclusive o montante que a entidade recebe a partir de sua alienação ao final da sua vida útil) na data do relatório.



GABARITO PRELIMINAR

C) Preço Líquido de venda é o valor presente, para a entidade, do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos remanescentes do ativo, caso este continue a ser utilizado, e do valor líquido que a entidade receberá pela sua alienação ao final da sua vida útil.

D) Custo Histórico é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições normais de mercado.

Questão 30

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. As bases de mensuração para o passivo também podem ser classificadas em termos de valores de entrada ou de saída. Os valores de entrada se relacionam à transação na qual a obrigação é contraída ou ao montante que a entidade aceitaria para assumir um passivo. Os valores de saída refletem o montante exigido para cumprir a obrigação ou o montante exigido para liberar a entidade da obrigação.

Considerando as disposições da norma acerca das bases de mensuração do Passivo, assinale a alternativa que apresente a definição de Preço Presumido.

A) Preço presumido é o montante que corresponde à baixa imediata da obrigação.

B) Preço presumido é a importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalentes de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no passivo.

- C) Preço presumido é o montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.

D)

Preço presumido é o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

GABARITO PRELIMINAR

Questão 31

Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) acerca da mensuração de ativos e passivos, assinale a alternativa CORRETA.

A)

Valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo ou da unidade geradora de caixa e o seu valor em uso.

GABARITO PRELIMINAR

- B) Valor justo é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo.
- C) Mensuração é a atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.
- D) Avaliação patrimonial é a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

Questão 32

A normatização do tratamento contábil aplicável às fusões e aquisições no setor público foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 21 – Combinações no Setor Público, Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Combinações no setor público podem ser definidas como união de operações separadas em uma entidade do setor público. Por sua vez, pode-se definir operações como sendo o conjunto integrado de atividades e de ativos e/ou passivos relacionados que podem ser conduzidas e gerenciadas para atingir os objetivos da entidade, por meio do fornecimento de bens e/ou serviços.



Considerando as disposições do MCASP acerca das combinações no setor público, assinale a alternativa que defina o termo Contraprestação Contingente.

- A) Contraprestação Contingente é o ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma aquisição que não são individualmente identificados e reconhecidos em separado.
- B) Contraprestação Contingente é a combinação em que uma parte da combinação obtém o controle de uma ou mais operações, denominada de adquirente, e há evidências que a combinação não é fusão, considerando os indicadores relacionados à contraprestação e ao processo de tomada de decisão.

C)

Contraprestação Contingente é geralmente a obrigação da adquirente de transferir ativos adicionais ou participações para os antigos proprietários da operação adquirida como parte da mudança do controle da operação adquirida, se eventos futuros específicos ocorrerem ou condições forem atendidas.

GABARITO PRELIMINAR

- D) Contraprestação Contingente é a transação ou evento que dá origem a uma entidade resultante, que é o resultado de duas ou mais operações que se combinam, na qual nenhuma das partes da combinação obtém o controle de uma ou mais operações, ou na qual uma das partes da combinação obtém o controle de uma ou mais operações e em que há evidências de que a combinação tem a essência econômica de fusão.

Questão 33

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Poder Executivo, nas três esferas de governo (Federal, Estadual ou Distrital e Municipal), para planejar a utilização dos recursos financeiros auferidos com os tributos e outras fontes de arrecadação. Para garantir que a administração pública não gaste mais do que arrecada, esse planejamento, além de determinar a distribuição dos recursos entre os diversos setores de atuação estatal, estima as receitas e fixa as despesas a serem efetuadas, bem como possibilita que todo cidadão verifique quais gastos e investimentos serão priorizados durante determinado período.

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre orçamento público, assinale a alternativa CORRETA.

A)

Integrará a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

GABARITO PRELIMINAR

- B)** O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- C)** Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias e apreciados pelo Congresso Nacional.
- D)** O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, o relatório resumido da execução orçamentária.

**Questão 34**

Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) acerca da execução orçamentária e do cumprimento das metas, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Se verificado, ao final de um trimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

No prazo de sessenta dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

A) F, V, V, F.

B)

V, F, V, F.

GABARITO PRELIMINAR

C) F, F, V, V.

D) V, V, F, F.

Questão 35

A Lei Federal nº. 4.320/1964 estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. De acordo com a norma, integrará a Lei de Orçamento o:

A) quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.

B) quadro demonstrativo da despesa

C)

quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

GABARITO PRELIMINAR

D) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo.

Questão 36

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade. A União, cada estado e cada município elaboram anualmente seu orçamento. No Orçamento da União, é possível encontrar os valores que o Governo Federal pretende gastar com o seu funcionamento e na execução das políticas públicas, como as de saúde, educação, e segurança. Somente as despesas ali previstas podem ser executadas.



Considerando as disposições da Lei Federal nº. 4.320/1964 sobre orçamento público, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

B) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

C)

A Lei de Orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

GABARITO PRELIMINAR

D) A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Questão 37

As despesas públicas refletem os gastos autorizados pelo governo nas inúmeras atividades e programas que integram o Orçamento Público, incluindo gastos com pessoal, saúde, transporte, educação, segurança, entre outros. Consoante Aliomar Baleeiro, a despesa pública é: "aplicação de certa quantia

em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro de uma autorização legislativa, para execução de um fim a cargo do governo". Assim, despesa pública é a aplicação dos recursos públicos a fim de realizar as finalidades do Poder Público.

Considerando as disposições da Lei Federal nº. 4.320/1964 acerca da classificação da despesa, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Classificam-se como investimentos as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- B) Classificam-se como despesa de custeio as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

C) Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a constituição ou aumento do capital de entidades que visem a objetivos comerciais ou financeiros.

GABARITO PRELIMINAR

D) Classificam-se como Transferências Correntes as dotações destinadas a aquisição de títulos representativos do capital de entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.

Questão 38

Considerando as disposições da Lei Federal nº. 4.320/1964 acerca do empenho da despesa, julgue verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência CORRETA.

- O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- É vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- A) F, V, V, F, V.
- B) F, F, V, V, F.



C) V, V, V, V, V.

GABARITO PRELIMINAR

D) V, F, F, V, F.

Questão 39

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são relatórios que informam sobre a situação financeira, patrimonial e orçamentária de uma entidade pública. Elas são elaboradas de acordo com as normas e leis vigentes, e são importantes para a tomada de decisão e para o controle social.

Considerando as disposições da Lei Federal nº. 4.320/1964 sobre as DCASP, assinale a alternativa CORRETA.

A) O Balanço Financeiro evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

B) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

GABARITO PRELIMINAR

C) O Balanço Orçamentário demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

D) A Demonstração das Variações Patrimoniais demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Questão 40

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. Essa ferramenta estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Assim, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados (e outras fontes) podem sofrer variações ano a ano, enquanto as despesas são fixadas para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada. Uma vez que o orçamento detalha as despesas, pode-se acompanhar as prioridades do governo para cada ano, como, por exemplo: o investimento na construção de escolas, a verba para transporte e o gasto com a saúde. Esse acompanhamento contribui para fiscalizar o uso do dinheiro público e a melhoria da gestão pública e está disponível aqui, no Portal da Transparência do Governo Federal.

Considerando as vedações contidas na Constituição Federal de 1988 acerca da execução orçamentária, assinale a alternativa INCORRETA.



A) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

B) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

C) É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

D) É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que não excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

GABARITO PRELIMINAR